



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE

Relatório Detalhado de Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2015

Porto Alegre, 23 de setembro de 2015.

Governador do Estado

José Ivo Sartori

Secretário de Estado da Saúde

João Gabbardo dos Reis

Secretário de Estado da Saúde Adjunto e Diretor Geral

Francisco Antonio Zancan Paz

Presidente do Conselho Estadual da Saúde

Célia Machado Gervasio Chaves

Assessoria Técnica e de Planejamento

Aglaé Regina Silva

Assessoria de Comunicação Social

Andréa Pinto de Menezes

Assessoria Jurídica

Bruno Naundorf

Fundo Estadual de Saúde

Meriana Farid El Kek

Coordenação da Auditoria Médica

João Luiz Couto Anzanello

Ouvidoria do SUS/RS

Alberto Tomasi

Departamento Administrativo

Gilberto Gindri

Departamento de Coordenação das Regionais

Rogério Nardeli Kohlrausch

Escola de Saúde Pública

Terezinha Valduga Cardoso

Departamento de Ações em Saúde

Elson Romeu Farias

Departamento de Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Alexandre Paulo Machado de Britto

Departamento de Gestão em Tecnologia da Informação

Cristian Fabiano Guimarães

Departamento de Regulação Estadual

Mayra Marcela Souza Rodrigues

Coordenação dos Hospitais Estaduais

Luiz Carlos Pinto Sobrinho

Coordenação de Política da Assistência Farmacêutica

Alexandre Nique

Simone de Fátima Pacheco do Amaral

Centro Estadual de Vigilância em Saúde

Marilina Assunta Bercini

Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde

Neusa Kempfer

Organização / Coordenação Técnica:
Grupo de Trabalho Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Gestão
(GTPM&A/SES/RS)

André Luis Alves de Quevedo - Assessoria Técnica e de Planejamento (ASSTEPLAN)
Anelise Hahn Bueno de Oliveira - Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS)
Bernardo Paulino Sotero - Departamento de Ações em Saúde (DAS)
Camila Guaranha - Assessoria Técnica e de Planejamento (ASSTEPLAN)
Carmen Luisa Teixeira Bagatini - Assessoria Técnica e de Planejamento (ASSTEPLAN)
Cristiane Fischer Achutti - Assessoria Técnica e de Planejamento (ASSTEPLAN)
Eduardo Viegas da Silva - Coordenação de Política da Assistência Farmacêutica (CPAF)
Flávia Cristina Schuck – Departamento de Regulação Estadual (DRE)
Gladis Tyllmann - Departamento de Ações em Saúde (DAS)
Jader Marques da Silva - Departamento de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI)
Laura Londero Cruz - Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS)
Liane Belardinelli Prytoluk - Assessoria Técnica e de Planejamento (ASSTEPLAN)
Lígia Maria Corrêa Geyer - Assessoria Técnica e de Planejamento (ASSTEPLAN)
Marta Araujo Grecelle - Assessoria Técnica e de Planejamento (ASSTEPLAN)
Míriam Beatriz Bellinaso - Departamento de Regulação Estadual (DRE)
Neuza Rejane Zabiela - Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS)
Rarianne Carvalho Peruhype - Departamento de Ações em Saúde (DAS)
Renata Varela - Assessoria Técnica e de Planejamento (ASSTEPLAN)
Rita Mara Chagas Ribeiro - Departamento de Assistência Hospitalar e Ambulatorial (DAHA)

Sumário

1 – INTRODUÇÃO.....	06
2 - DEMONSTRATIVO DO MONTANTE E FONTE DOS RECURSOS APLICADOS NO PERÍODO.....	08
3 - AUDITORIAS REALIZADAS OU EM FASE DE EXECUÇÃO NO PERÍODO E SUAS RECOMENDAÇÕES.....	15
4 - OFERTA E PRODUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NA REDE ASSISTENCIAL PRÓPRIA, CONTRATADA E CONVENIADA, COTEJANDO ESSES DADOS COM OS INDICADORES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SEU ÂMBITO DE ATUAÇÃO	
A) Rede física de saúde pública e privada prestadora de serviços ao SUS.....	16
B) Dados e produção de serviços.....	18
C) Indicadores passíveis de apuração quadrimestral.....	28
5 – ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	38

1 – INTRODUÇÃO

Considerações Iniciais

A Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul (SES/RS) apresenta o Relatório Detalhado de Prestação de Contas do Quadrimestre Anterior (RDQA) do 2º Quadrimestre de 2015 (maio a agosto) relativo às ações e serviços de saúde do estado do RS. De acordo com o artigo nº 46 da Lei Complementar nº 141/2012, o documento passou a ser quadrimestral e deve ser elaborado de acordo com modelo padronizado e aprovado pela Resolução nº 459, de 10 de outubro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

O Relatório foi organizado de acordo com o elenco mínimo de informações previstas na Resolução supracitada e pretende ser um documento sintético e objetivo, afim de facilitar a compreensão dos dados, atendendo assim à solicitação do Conselho Estadual de Saúde (CES).

Em virtude dos problemas apresentados pelo Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão (SARGSUS), gerenciado pelo Ministério da Saúde, algumas informações só puderem ser disponibilizadas em arquivos anexos. A apresentação está organizada da seguinte forma:

- Montante e fontes de recursos aplicados no período, com informações oriundas do 3º bimestre do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), uma vez que os dados do 4º bimestre ainda não estavam disponíveis até a data da apuração (15 de setembro) – Anexo I;

- Informações sobre Auditorias – Anexo II;

- Oferta e produção de serviços, contemplando:

a) Dados dos serviços existentes no Estado oriundos do Sistema Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), evidenciando o quantitativo, o tipo de estabelecimento, o tipo de gestão e a esfera administrativa;

b) Dados de produção de serviços oriundos do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) e Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do DATASUS e de sistemas de informação da SES/RS – Anexo III;

c) Indicadores passíveis de apuração quadrimestral – Anexo IV.

A apresentação das informações sobre as auditorias realizadas no período está em reestruturação para atender ao modelo sugerido na Resolução nº 459/2012 do Conselho Nacional de Saúde, uma vez que a SES/RS passará a integrar-se aos relatórios padrões do Sistema Nacional de Auditoria neste ano.

Salienta-se que tanto os resultados de produção dos serviços quanto o dos indicadores passíveis de apuração quadrimestral são preliminares e parciais. Tal situação ocorre em virtude de dois motivos principais. O primeiro diz respeito aos meses disponibilizados pelos sistemas de informação até a data de conclusão do relatório (23 de setembro de 2015), que foram maio, junho e julho, faltando o mês de agosto para completar o 2º quadrimestre de 2015. O segundo motivo refere-se à forma de contabilização dos dados de produção, que são regidos pelo Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA) e pelo Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH). Estes sistemas registram a produção, que pode sofrer alterações até quatro (4) meses após a data de realização dos procedimentos ambulatoriais e até seis (6) meses após a data de alta da internação.

Dessa forma, para que fosse possível realizar análises e comparações dos resultados de produção referentes a todo o quadrimestre (maio a agosto de 2015), foram realizadas projeções para o mês de agosto, através de média simples do 2º quadrimestre, no cálculo do resultado final. Tal projeção será revista e atualizada no próximo Relatório Quadrimestral, que avaliará os meses de setembro a dezembro de 2015, uma vez que nesse período já estarão disponíveis os dados da produção do mês de agosto de 2015.

2 - DEMONSTRATIVO DO MONTANTE E FONTE DOS RECURSOS APLICADOS NO PERÍODO (SIOPS)

Demonstrativo da Lei de Responsabilidade Fiscal

DETALHE DE ENVIO

Ano-Base: 2015 - 3º Bimestre

UF: Rio Grande do Sul - RS

Código: 43

Arquivos Transmitedidos e Importados com Sucesso: 1		
Data e Hora	Versão do Cliente	Acesso em: 14/09/2015 às 10:05 horas
24/07/2015 11:30:12	1.2.1	
Indicador		Valor
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Estado	56,46 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Estado	19,02 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Estado	11,76 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Estado	100,00 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Estado	25,12 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Estado	62,91 %
2.1	Despesa total com Saúde, sob a responsabilidade do Estado, por habitante	167,68
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	36,03 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	1,02 %
2.4	Participação da despesa com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	26,93 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	0,28 %
2.10	SUBFUNÇÕES ADMINISTRATIVAS	27,68 %
2.20	SUBFUNÇÕES VINCULADAS	62,60 %
2.21	Atenção Básica	3,26 %
2.22	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	55,25 %
2.23	Suporte Profilático e Terapêutico	3,73 %
2.24	Vigilância Sanitária	0,04 %
2.25	Vigilância Epidemiológica	0,32 %
2.26	Alimentação e Nutrição	0,00 %
2.30	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	9,72 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	23,57 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a EC 29/2000	11,07 %

Observação:

a) Os indicadores 2.1 a 3.1 ao serem demonstrados na Situação de Entrega estão sendo calculados pela terceira fase da despesa, ou seja, a liquidada. Esta fase é considerada visando atender as disposições da Lei n.º 4320, de 17 de março de 1964 e as normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, sobre os demonstrativos que deverão compor o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (PT/STN: 560/01, 517/02, 441/03, 471/04, 587/05 e 663/06).

b) O indicador 3.2 (Participação da receita própria aplicada em Saúde) é calculado em conformidade com a Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000 e a Resolução do Conselho Nacional de Saúde n.º 322, de 08 de maio de 2003. Pela metodologia adotada pela equipe responsável pelo SIOPS, o cálculo tradicional do indicador 3.2 tem sido realizado baseado nas seguintes fases da despesa:

UF: Rio Grande do Sul				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
3º Bimestre de 2015				
Dados transmitidos em 24/07/2015 11:30:12				
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b / a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	33.697.537.179,00	33.697.537.179,00	15.793.299.733,31	46,87
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD	305.108.916,00	305.108.916,00	237.804.857,36	77,94
Imposto s/ Circulação de Mercadoria e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	28.598.799.019,00	28.598.799.019,00	13.036.364.795,42	45,58
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	2.372.375.246,00	2.372.375.246,00	1.424.873.216,98	60,06
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.754.993.582,00	1.754.993.582,00	813.286.619,34	46,34
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	231.099.026,00	231.099.026,00	94.692.645,25	40,97
Dívida Ativa dos Impostos	243.612.992,00	243.612.992,00	103.201.624,96	42,36
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	191.548.398,00	191.548.398,00	83.075.974,00	43,37
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	2.524.741.116,00	2.524.741.116,00	1.333.366.617,92	52,81
Cota-Parte FPE	1.897.714.157,00	1.897.714.157,00	990.320.421,17	52,18

Cota-Parte IPI - Exportação	480.126.731,00	480.126.731,00	269.596.082,99	56,15
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	146.900.228,00	146.900.228,00	73.450.113,76	50,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	146.900.228,00	146.900.228,00	73.450.113,76	50,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)	7.413.259.496,00	8.604.645.177,00	4.118.188.459,52	47,86
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios	7.293.227.813,00	7.258.674.528,00	3.318.824.583,42	45,72
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios	120.031.683,00	1.225.938.966,00	731.964.855,36	59,71
Parcela da Cota-Parte do IPI- Exportação Repassada aos Municípios	0,00	120.031.683,00	67.399.020,74	56,15
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (IV) = I + II - III	28.809.018.799,00	27.617.633.118,00	13.008.477.891,71	47,10

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d / c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.066.479.238,00	1.066.479.238,00	450.662.665,82	42,26
Provenientes da União	1.053.212.988,00	1.053.212.988,00	442.895.447,16	42,05
Provenientes de Outros Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes de Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	13.266.250,00	13.266.250,00	7.767.218,66	58,55
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.066.479.238,00	1.066.479.238,00	450.662.665,82	42,26

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f / e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g / e) x 100
DESPESAS CORRENTES	4.174.301.012,34	4.239.410.099,66	1.922.512.298,85	45,35	1.873.949.370,07	44,20
Pessoal e Encargos Sociais	1.218.129.895,89	1.408.415.262,17	687.819.190,71	48,84	685.751.570,13	48,69
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.956.171.116,45	2.830.994.837,49	1.234.693.108,14	43,61	1.188.197.799,94	41,97
DESPESAS DE CAPITAL	227.838.329,18	228.149.520,49	5.431.419,07	2,38	5.282.420,92	2,32
Investimentos	227.831.329,18	228.142.520,49	5.429.651,69	2,38	5.280.653,54	2,31
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	7.000,00	7.000,00	1.767,38	25,25	1.767,38	25,25
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (VIII)	4.402.139.341,52	4.467.559.620,15	1.927.943.717,92	43,15	1.879.231.790,99	42,06

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h / Vf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPEÇA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A		447.598.737,24	23,22	439.306.973,64	23,38
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A		435.970.956,35	22,61	429.174.747,89	22,84
Recursos de Operações de Crédito	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A		11.627.780,89	0,60	10.132.225,75	0,54

OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (IX)			447.598.737,24	23,22	439.306.973,64	23,38

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII) = (V - VI)	4.467.559.620,15	1.480.344.980,68	76,78	1.439.924.817,35	76,62
---	-------------------------	-------------------------	--------------	-------------------------	--------------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VIII%) = (VIIi / IVb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 12%⁴ <small>e⁵</small>	11,07
---	--------------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIIi - (12 x IVb)/100]⁶	-121.092.529,66
---	------------------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE E DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Inscritos em 2014	11.635.987,23	56.728,67	10.160.845,80	1.418.412,76	0,00
Inscritos em 2013	45.841.648,13	5.906.738,63	26.885.078,10	13.049.831,40	0,00
Inscritos em 2012	15.086.159,00	509.479,87	0,00	14.576.679,13	15.086.159,00
TOTAL	72.563.794,36	6.472.947,17	37.045.923,90	29.044.923,29	15.086.158,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24,§ 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	509.479,87	0,00	509.479,87
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (IX)	509.479,87	0,00	509.479,87

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (X)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l)x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m)x 100
Atenção Básica	370.549.197,05	282.899.197,05	61.334.721,98	3,18	61.282.983,43	3,26
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.472.244.842,00	2.457.914.842,00	1.071.691.532,19	55,59	1.038.360.339,85	55,25
Suporte Profilático e Terapêutico	185.148.128,00	174.390.128,00	81.280.366,98	4,22	70.012.507,29	3,73
Vigilância Sanitária	5.957.500,00	5.957.500,00	741.544,13	0,04	730.746,38	0,04
Vigilância Epidemiológica	18.895.001,92	20.102.722,96	6.941.895,78	0,36	6.090.488,19	0,32
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	1.349.344.672,55	1.526.295.230,14	705.953.656,86	36,62	702.754.725,85	37,40
TOTAL	4.402.139.341,52	4.467.559.620,15	1.927.943.717,92	100,00	1.879.231.790,99	100,00

FONTE: SIOPS, Rio Grande do Sul, 29/07/15.

- 1 - Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 - Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

3 - AUDITORIAS REALIZADAS OU EM FASE DE EXECUÇÃO NO PERÍODO E SUAS RECOMENDAÇÕES

META	Realizações 2º Quadrimestre de 2015
Auditoria do Sistema Hospitalar/Autorização de Internação Hospitalar (AIH) - Auditorias de Bloqueios/Pré-pagamento	- 11.397 AIH's*. *Dados de maio a julho/2015. As auditorias de agosto/2015 ainda estão sendo contabilizadas.
Auditorias regulares	- 511 Relatórios Exarados.
Atendimento das demandas de outros órgãos	- 17 Processos analisados: Procuradoria Geral do Estado/RS (PGE/RS), Ministério Público Estadual (MPE/RS), Ministério Público Federal (MPF), Delegacia de Polícia, Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS), Judiciário, entre outros órgãos.
Auditorias Programáticas	- 05 Processos analisados em Oncologia/ Hemoterapia; - 37 Processos analisados nos Serviços de Traumatologia; - 49 Processos de Auditoria de Incentivos Estaduais.
Denúncias - Núcleo de Auditoria de Denúncia (NAD)	- 12 Processos analisados.
Auditoria Contábil	- 05 Processos analisados com Parecer Contábil. - 23 Processos de Internações Judiciais. - 37 Processos de Compra de Leitos.
Auditoria de Enfermagem	- 69 Processos analisados, sendo: 33 Processos de Internações Judiciais e 36 Processos de Compra de Leitos.

Fonte: Coordenadoria de Auditoria Médica do Estado do Rio Grande do Sul (CAME-RS).

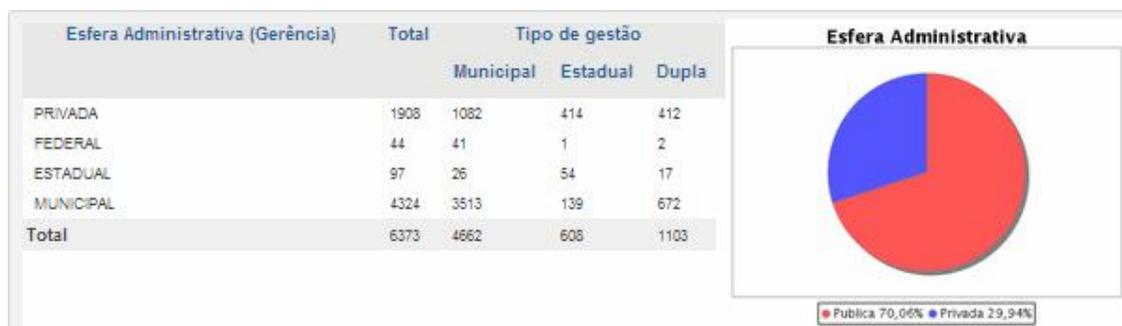
4 - OFERTA E PRODUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NA REDE ASSISTENCIAL PRÓPRIA, CONTRATADA E CONVENIADA, COTEJANDO ESSES DADOS COM OS INDICADORES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SEU ÂMBITO DE ATUAÇÃO

A) REDE FÍSICA DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA PRESTADORA DE SERVIÇOS AO SUS

Tipo de estabelecimento	total				Tipo de gestão					
					Municipal		Estadual		Dupla	
CENTRAL DE NOTIFICACAO,CAPTACAO E DISTRIB DE ORGAOS ESTADUAL	5	3	0	2						
CENTRAL DE REGULACAO DE SERVICOS DE SAUDE	4	2	2	0						
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	8	8	0	0						
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS	5	3	1	1						
CENTRO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA	24	24	0	0						
CENTRO DE ATENCAO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	7	4	3	0						
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	198	165	7	26						
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	1859	1594	1	264						
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	599	312	160	127						
CONSULTORIO ISOLADO	222	205	7	10						
FARMACIA	48	43	1	4						
HOSPITAL ESPECIALIZADO	12	9	2	1						
HOSPITAL GERAL	295	74	35	186						
HOSPITAL/DIA - ISOLADO	4	2	1	1						
LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA LACEN	2	2	0	0						
LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA	13	7	6	0						
OFICINA ORTOPEDICA	2	2	0	0						
POLICLINICA	225	49	41	135						
POLO ACADEMIA DA SAUDE	99	99	0	0						
POSTO DE SAUDE	694	686	1	7						
PRONTO ATENDIMENTO	42	27	0	15						
PRONTO SOCORRO ESPECIALIZADO	2	0	1	1						
PRONTO SOCORRO GERAL	17	9	1	7						
SECRETARIA DE SAUDE	496	445	18	33						
SERVICO DE ATENCAO DOMICILIAR ISOLADO(HOME CARE)	2	2	0	0						
TELESSAUDE	1	1	0	0						
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	1132	656	267	209						
UNIDADE DE ATENCAO A SAUDE INDIGENA	11	9	0	2						
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	40	31	1	8						
UNIDADE MISTA	17	4	0	13						
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	220	124	50	46						
UNIDADE MOVEL FLUVIAL	1	1	0	0						
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	67	60	2	5						
Total	6373	4662	608	1103						



Fonte: SARGSUS. Acesso em 23/09/2015.



Fonte: SARGSUS. Acesso em 23/09/2015.

Conforme dados gerados pelo SARGSUS em 23 de setembro de 2015, a rede de prestadores de serviços ao SUS, públicos e privados, é constituída por 6.373 estabelecimentos de saúde de diferentes tipos.

Considerando a esfera administrativa a que pertencem, 70,06% dos estabelecimentos são públicos e 29,94% privados. Os estabelecimentos da esfera pública são em maioria do tipo centro/unidade básica de saúde, posto de saúde e secretaria de saúde. Os estabelecimentos privados em maioria são unidades de apoio diagnóstico e terapia, clínica/centro de especialidade e hospitais.

Considerando o tipo de gestão, 73,15% dos estabelecimentos estão sob gestão municipal, 17,31% sob gestão dupla (estado e municípios) e 9,54% sob gestão estadual.

Até o mês de agosto de 2015, um total de 109 municípios detinha a gestão de todos os prestadores localizados em seus territórios (inclusive o hospital, quando existente). Outros 11 municípios detinham a gestão de todos os prestadores ambulatoriais, permanecendo os hospitais ainda sob gestão estadual. Além destes, 119 municípios detinham a gestão de um ou mais serviços ambulatoriais, mantendo-se os hospitais, quando existentes, sob gestão estadual.

Justificativa da dupla gestão

Conforme o Manual do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), o tipo de gestão identifica com qual gestor (estadual ou municipal) o estabelecimento tem contrato/convênio, e que é responsável pelo cadastro, programação, autorização e pagamento dos serviços prestados de média e alta complexidade ao SUS.

Estabelecimentos cadastrados como gestão dupla estão sob gestão estadual, mas realizam também ações de atenção básica quando, nesses casos, possuem contrato com os municípios.

B) DADOS E PRODUÇÃO DE SERVIÇOS SIA E SIH

Produção da Atenção Básica

Quadro 1. Produção da Atenção Básica, por grupo de procedimento e complexidade (por local de atendimento, quantidade aprovada), 2º quadrimestre de 2013-2015 e 1º quadrimestre de 2015, Rio Grande do Sul.

	2º Quadrimestre de 2013	2º Quadrimestre de 2014	1º Quadrimestre de 2015	2º Quadrimestre de 2015
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	5.797.146	7.017.126	5.914.846	6.511.924
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	1.751.642	1.658.433	2.411.292	982.576
03 Procedimentos clínicos	17.737.072	20.266.409	15.555.370	16.190.105
04 Procedimentos cirúrgicos	1.041.793	1.447.961	1.245.813	974.172
08 Ações complementares de atenção à saúde	10.196	5.477	6.719	6.617
TOTAL	26.337.849	30.395.406	25.134.040	24.665.395

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS). DAS/SES/RS. Acesso em 16/09/2015.

Os dados apresentados são oriundos do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), o qual é gerido pelo Ministério da Saúde juntamente com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Os dados do 2º quadrimestre de 2015 são preliminares, pois consideram os meses de maio a julho do corrente ano (uma vez que somente estes estão disponíveis no referido sistema até o momento de fechamento do relatório) e projeção para o mês de agosto.

O grupo de procedimentos da complexidade da Atenção Básica (AB) é composto por: ações de promoção e prevenção em saúde, procedimento com finalidade diagnóstica, procedimentos clínicos, procedimentos cirúrgicos e ações complementares da atenção à saúde.

Conforme o quadro acima, é possível observar que no 2º quadrimestre de 2015 a produção total da Atenção Básica ficou em 24.665.395, com destaque para o grupo de procedimentos clínicos, que em todos os períodos analisados apresentou a maior produção, totalizando 16.190.105 procedimentos.

Com relação às ações de promoção e prevenção em saúde, observa-se que as mesmas totalizaram 6.511.924, sendo que no 2º quadrimestre de 2014 obteve-se uma produção de 7.017.126. No que diz respeito aos procedimentos com finalidade diagnóstica, obteve-se o número de 982.576 no 2º quadrimestre de 2015.

Quanto aos procedimentos cirúrgicos, a produção atingiu o quantitativo de 1.245.813 no 1º quadrimestre de 2015 e 974.172 no 2º quadrimestre do mesmo ano, 1.447.961 no 2º quadrimestre de 2014 e 1.041.793 no 2º quadrimestre de 2013. No que se refere às ações complementares de atenção à saúde, obteve-se um total de 6.617 ações, valor superior ao atingido no 2º quadrimestre de 2014 (5.477).

É possível que problemas de transmissão de dados do e-SUS estejam relacionados com a queda no total da produção da atenção básica, fato que já em processo de investigação. Salienta-se novamente que se tratam de dados preliminares, pois contam com três meses oriundos do SIA (maio, junho e julho) e com a projeção da produção referente ao mês de agosto. Assim, tais valores deverão sofrer alterações, conforme já explicitado na introdução do presente relatório.

Produção de Urgência e Emergência por Grupos de Procedimentos

Quadro 2. Quantitativo Físico da Produção Ambulatorial de Urgência, Complexidade Média, Alta, Órteses, Próteses e Materiais ambulatoriais e Tratamento fora de Domicílio, Financiamento Média e Alta Complexidade e FAEC, por grupo de procedimentos, 2º quadrimestre de 2013-2015 e 1º quadrimestre de 2015, Rio Grande do Sul.

GRUPO DE PROCEDIMENTOS	2º Quadrimestre de 2013	2º Quadrimestre de 2014	1º Quadrimestre de 2015	2º Quadrimestre de 2015
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	110.760	142.318	164.211	155.727
03 Procedimentos clínicos	75.130	72.995	81.930	87.119
04 Procedimentos cirúrgicos	86.901	103.964	130.337	107.260
05 Transplantes de órgãos tecidos e células	1.605	1.505	1.170	1.411
07 Órteses, próteses e materiais especiais	474	810	780	697
08 Ações complementares da atenção à saúde	514	166	94	1.835
TOTAL	275.384	321.758	378.522	354.048

Fonte: SIA/TABWIN/DATASUS. DAHA/SES/RS. Acesso em 14 de setembro de 2015.

*FAEC: Fundo de Ações Estratégicas e Compensações.

O quadro apresenta a produção de procedimentos ambulatoriais de urgência, de complexidade média, alta, Órteses, Próteses e Materiais ambulatoriais e Tratamento fora de Domicílio, realizada nos seguintes períodos: 2º quadrimestre de 2013; 2º quadrimestre de 2014; 1º quadrimestre de 2015 e 2º quadrimestre de 2015 (este último contabiliza a produção dos meses de maio, junho e julho e a projeção para o mês de agosto, que ainda não foi disponibilizada pelo DATASUS). Os dados de 2014 e 2015 ainda podem sofrer alterações, conforme disponibilização dos próximos arquivos de produção.

Analisando a média mensal de procedimentos realizados no período de maio a agosto de 2015, pode-se inferir uma tendência de aumento do quantitativo físico dos procedimentos realizados no 2º quadrimestre de 2015 em relação aos 2º quadrimestres de 2013 e 2014.

Quadro 3. Quantitativo Financeiro da Produção Ambulatorial de Urgência, Complexidade Média, Alta, Órteses, Próteses e Materiais ambulatoriais e Tratamento fora de Domicílio, Financiamento Média a Alta Complexidade e FAEC, por grupo de Procedimentos, 2º quadrimestre de 2013-2015 e 1º quadrimestre de 2015, Rio Grande do Sul.

GRUPO DE PROCEDIMENTOS	2º Quadrimestre de 2013	2º Quadrimestre de 2014	1º Quadrimestre de 2015	2º Quadrimestre de 2015
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	4.595.558,76	6.543.374,12	7.226.260,90	7.218.648,59
03 Procedimentos clínicos	5.094.702,87	3.669.963,04	3.737.526,66	4.110.484,77
04 Procedimentos cirúrgicos	2.503.488,43	3.368.934,65	3.935.071,15	3.227.292,87
05 Transplantes de órgãos tecidos e	409.186,46	409.842,88	267.627,50	310.161,52

células				
07 Órteses, próteses e materiais especiais	58.662,03	456.804,55	450.590,55	430.332,40
08 Ações complementares da atenção à saúde	2.551,20	821,70	465,30	9.100,00
TOTAL	12.664.149,75	14.449.740,94	15.617.542,06	15.306.020,15

Fonte: SIA/TABWIN/DATASUS. DAHA/SES/RS. Acesso em 14 de setembro de 2015.

O quadro apresenta o valor financeiro dos procedimentos ambulatoriais de urgência, de complexidade média, alta, Órteses, Próteses e Materiais ambulatoriais e Tratamento fora de Domicílio, realizados nos seguintes períodos: 2º quadrimestre de 2013; 2º quadrimestre de 2014; 1º quadrimestre de 2015 e 2º quadrimestre de 2015 (este último contabiliza os valores dos meses de maio, junho e julho e a projeção para o mês de agosto, que ainda não foi disponibilizada pelo DATASUS). Os dados de 2014 e 2015 ainda podem sofrer alterações, conforme disponibilização dos próximos arquivos de produção.

Analisando o valor médio mensal dos procedimentos realizados no período de maio a agosto de 2015, pode-se inferir uma tendência de aumento do valor financeiro utilizado para custeio dos procedimentos realizados no 2º quadrimestre de 2015 em relação aos 2º quadrimestres de 2013 e 2014.

Quadro 4. Quantitativo Físico da Produção Hospitalar de Urgência, Complexidade Média e Alta, Financiamento Média e Alta Complexidade e FAEC, por grupo de procedimentos, 2º quadrimestre de 2013-2015 e 1º quadrimestre de 2015, Rio Grande do Sul.

GRUPO DE PROCEDIMENTOS	2º Quadrimestre de 2013	2º Quadrimestre de 2014	1º Quadrimestre de 2015	2º Quadrimestre de 2015
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	239	241	227	151
03 Procedimentos clínicos	148.913	149.101	140.294	110.013
04 Procedimentos cirúrgicos	52.527	55.545	55.882	37.293
05 Transplantes de órgãos tecidos e células	1.070	1.144	1.289	639
TOTAL	202.749	206.031	197.692	148.096

Fonte: SIH/TABWIN/DATASUS. DAHA/SES/RS. Acesso em 14 de setembro de 2015.

O quadro apresenta a produção de internações de urgência, de complexidade média e alta, realizadas nos seguintes períodos: 2º quadrimestre de 2013; 2º quadrimestre de 2014; 1º quadrimestre de 2015 e 2º quadrimestre de 2015 (este último contabiliza a produção dos meses de maio, junho e julho e a projeção para o mês de agosto, que ainda não foi disponibilizada pelo DATASUS). Os dados de 2014 e 2015 ainda podem sofrer alterações, conforme disponibilização dos próximos arquivos de produção.

Analisando a média mensal da produção de internações realizadas no período de maio a agosto de 2015, pode-se inferir uma tendência de redução do quantitativo físico das internações realizadas no 2º quadrimestre de 2015 em relação aos 2º quadrimestres de 2013 e 2014.

Quadro 5. Quantitativo Financeiro da Produção Hospitalar de Urgência, Complexidade Média, Alta, Financiamento Média e Alta Complexidade e FAEC, por grupo de procedimentos, 2º quadrimestre de 2013-2015 e 1º quadrimestre de 2015, Rio Grande do Sul.

GRUPO DE PROCEDIMENTOS	2º Quadrimestre de 2013	2º Quadrimestre de 2014	1º Quadrimestre de 2015	2º Quadrimestre de 2015
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	481.335,67	347.751,12	330.908,25	149.142,93
03 Procedimentos clínicos	132.437.176,81	136.969.722,31	127.743.109,87	88.761.685,61
04 Procedimentos cirúrgicos	104.270.301,21	113.231.201,26	109.721.241,08	62.060.227,43
05 Transplantes de órgãos tecidos e células	12.236.477,04	11.235.948,22	12.524.343,50	6.209.128,99
TOTAL	249.425.290,73	261.784.622,91	250.319.602,70	157.180.184,96

Fonte: SIH/TABWIN/DATASUS. DAHA/SES/RS. Acesso em 14 de setembro de 2015.

O quadro apresenta o valor financeiro das internações de urgência, de complexidade média e alta, realizadas nos seguintes períodos: 2º quadrimestre de 2013; 2º quadrimestre de 2014; 1º quadrimestre de 2015 e 2º quadrimestre de 2015 (este último contabiliza os valores dos meses de maio, junho e julho e a projeção para o mês de agosto, que ainda não foi disponibilizada pelo DATASUS). Os dados de 2014 e 2015 ainda podem sofrer alterações, conforme disponibilização dos próximos arquivos de produção.

Analisando o valor médio mensal da produção de internações realizadas no período de maio a agosto de 2015, pode-se inferir uma tendência de redução do valor financeiro utilizado para custeio das internações realizadas no 2º quadrimestre de 2015 em relação aos 2º quadrimestres de 2013 e 2014.

Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Quadro 6. Produção de Atenção Psicossocial, por forma de organização (030108 - Atendimento/Acompanhamento Psicossocial - SIA), 2º quadrimestre de 2013-2015 e 1º quadrimestre de 2015, Rio Grande do Sul.

2º Quadrimestre de 2013		2º quadrimestre de 2014		1º quadrimestre de 2015		2º quadrimestre de 2015	
Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
136.765	R\$260.705,42	165.320	R\$259.563,92	222.033	R\$225.584,58	252.648	R\$270.515,84

Fonte: SIA/TABWIN/DATASUS. DAS/SES/RS. Acesso em 16 de setembro de 2015.

Os dados da Produção da Atenção Psicossocial (considerando o Atendimento/Acompanhamento Psicossocial - 030108) do segundo quadrimestre de 2015 totalizaram 252.648 atendimentos, tendo ultrapassado a produção do primeiro quadrimestre de 2015, que foi de 222.033 atendimentos. Da mesma forma, a produção do 2º quadrimestre de 2015 também superou o segundo quadrimestre de 2013 (136.765) e o de 2014 (165.320).

Ressalta-se que os dados do corrente quadrimestre são preliminares, uma vez que o SIA disponibiliza apenas os meses de maio a julho de 2015, tendo sido realizada uma projeção para o mês de agosto do referido ano. No que se refere à coleta de dados, considerou-se a forma de

organização, a quantidade e o valor aprovados, bem como a seleção dos dados contidos no consolidado do segundo quadrimestre e os respectivos meses disponíveis.

Quadro 7. Produção de Atenção Psicossocial, por forma de organização (030317 - Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais - SIH), 2º quadrimestre de 2013-2015 e 1º quadrimestre de 2015, Rio Grande do Sul.

2º Quadrimestre de 2013		2º quadrimestre de 2014		1º quadrimestre de 2015		2º quadrimestre de 2015	
Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
13.491	R\$12.215.472,18	13.993	R\$11.622.698,06	13.227	R\$10.606.877,37	12.688	R\$10.745.998,76

Fonte: SIH/TABWIN/DATASUS. DAS/SES/RS. Acesso em 16 de setembro de 2015.

No que se refere ao tratamento dos transtornos mentais e comportamentais (030317), a produção do segundo quadrimestre de 2015, que totalizou 12.688 AIH aprovadas, foi inferior em relação ao primeiro quadrimestre de 2015, cujo valor foi de 13.227 de AIH aprovadas. Pode-se observar essa tendência também no comparativo com o segundo quadrimestre dos anos anteriores (2013 e 2014). Contudo, conforme dito anteriormente, como se tratam de dados preliminares, é possível que ocorram alterações nos valores ora apresentados.

A coleta de dados foi realizada considerando a forma de organização, as AIH's aprovadas, o valor total e o consolidado dos dados do referido quadrimestre.

Produção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimento

Quadro 8. Quantitativo Físico da Produção Ambulatorial de Complexidade Média, Alta, Órteses, Próteses e Materiais ambulatoriais e Tratamento fora de Domicílio, Financiamento Média e Alta Complexidade e FAEC, por grupo de procedimentos, 2º quadrimestre de 2013-2015 e 1º quadrimestre de 2015, Rio Grande do Sul.

GRUPO DE PROCEDIMENTOS	2º Quadrimestre de 2013	2º Quadrimestre de 2014	1º Quadrimestre de 2015	2º Quadrimestre de 2015
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	37.238	37.766	31.719	33.909
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	13.231.134	14.422.241	14.806.967	14.966.105
03 Procedimentos clínicos	9.445.018	10.697.399	11.428.147	11.541.061
04 Procedimentos cirúrgicos	268.627	319.177	376.112	345.663
05 Transplantes de órgãos tecidos e células	30.983	37.563	38.332	38.053
07 Órteses, próteses e materiais especiais	26.165	34.098	35.829	36.084
08 Ações complementares da atenção à saúde	311.511	451.672	661.190	567.865
TOTAL	23.350.721	25.999.916	27.378.296	27.528.741

Fonte: SIA/TABWIN/DATASUS. DAHA/SES/RS. Acesso em 14 de setembro de 2015.

O quadro apresenta a produção de procedimentos ambulatoriais de complexidade média e alta, realizada nos seguintes períodos: 2º quadrimestre de 2013; 2º quadrimestre de 2014; 1º quadrimestre de 2015 e 2º quadrimestre de 2015 (este último contabiliza os valores dos meses de maio, junho e julho e a projeção para o mês de agosto, que ainda não foi disponibilizada pelo DATASUS). Os dados de 2014 e 2015 ainda podem sofrer alterações, conforme disponibilização dos próximos arquivos de produção.

Analisando a média mensal de procedimentos realizados no 2º quadrimestre de 2015, pode-se inferir uma tendência de aumento do quantitativo físico dos procedimentos realizados em relação aos 2º quadrimestres de 2013 e 2014.

Quadro 9. Quantitativo Financeiro da Produção Ambulatorial de Complexidade Média, Alta, Órteses, Próteses e Materiais ambulatoriais e Tratamento fora de Domicílio, Financiamento Média e Alta Complexidade e FAEC, por grupo de procedimento, 2º quadrimestre de 2013-2015 e 1º quadrimestre de 2015, Rio Grande do Sul.

GRUPO DE PROCEDIMENTOS	2º Quadrimestre de 2013	2º Quadrimestre de 2014	1º Quadrimestre de 2015	2º Quadrimestre de 2015
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	99.029,53	114.125,14	98.760,16	104.760,75
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	113.864.045,71	126.840.661,58	131.274.491,65	133.832.883,52
03 Procedimentos clínicos	186.640.414,96	198.873.327,66	199.057.020,14	201.242.035,07
04 Procedimentos cirúrgicos	12.302.455,49	15.077.396,22	16.817.837,28	16.685.350,45
05 Transplantes de órgãos tecidos e células	6.249.324,74	6.801.919,17	6.829.260,14	6.630.889,01
07 Órteses, próteses e materiais especiais	11.210.755,97	13.692.413,98	11.296.462,35	12.528.592,96
08 Ações complementares da atenção à saúde	1.566.753,90	2.264.104,20	3.337.043,25	2.873.143,40
TOTAL	331.932.780,30	363.663.947,95	368.710.874,97	373.897.655,16

Fonte: SIA/TABWIN/DATASUS. DAHA/SES/RS. Acesso em 14 de setembro de 2015.

O quadro apresenta o valor financeiro dos procedimentos ambulatoriais de complexidade média e alta, realizados nos seguintes períodos: 2º quadrimestre de 2013; 2º quadrimestre de 2014; 1º quadrimestre de 2015 e 2º quadrimestre de 2015 (este último contabiliza os valores dos meses de maio, junho e julho e a projeção para o mês de agosto, que ainda não foi disponibilizada pelo DATASUS). Os dados de 2014 e 2015 ainda podem sofrer alterações, conforme disponibilização dos próximos arquivos de produção.

Analisando o valor médio mensal dos procedimentos realizados no 2º quadrimestre de 2015, pode-se inferir uma tendência de aumento do valor financeiro utilizado para custeio dos procedimentos realizados, quando comparado aos 2º quadrimestres de 2013 e 2014.

Quadro 10. Quantitativo Físico da Produção Hospitalar de Complexidade Média, Alta, Financiamento Média e Alta Complexidade e FAEC, por grupo de procedimentos, 2º quadrimestre de 2013-2015 e 1º quadrimestre de 2015, Rio Grande do Sul.

	2º Quadrimestre de 2013	2º Quadrimestre de 2014	1º Quadrimestre de 2015	2º Quadrimestre de 2015
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	652	586	621	457
03 Procedimentos clínicos	161.120	161.006	151.172	117.857
04 Procedimentos cirúrgicos	93.487	100.807	97.518	70.276
05 Transplantes de órgãos tecidos e células	1.658	1.782	1.971	1.136
TOTAL	265.917	264.181	251.282	189.727

Fonte: SIH/TABWIN/DATASUS. DAHA/SES/RS. Acesso em 14 de setembro de 2015.

O quadro apresenta a produção de internações de complexidade média, alta, Órteses, Próteses e Materiais ambulatoriais e Tratamento fora de Domicílio, realizadas nos seguintes períodos: 2º quadrimestre de 2013; 2º quadrimestre de 2014; 1º quadrimestre de 2015 e 2º quadrimestre de 2015 (este último contabiliza os valores dos meses de maio, junho e julho e a projeção para o mês de agosto, que ainda não foi disponibilizada pelo DATASUS). Os dados de 2014 e 2015 ainda podem sofrer alterações, conforme disponibilização dos próximos arquivos de produção.

Analisando a média mensal da produção de internações realizadas no 2º quadrimestre de 2015, pode-se inferir uma tendência de redução do quantitativo físico das internações, quando comparadas aos valores apresentados nos 2º quadrimestres de 2013 e 2014.

Quadro 11. Quantitativo Financeiro da Produção Hospitalar de Complexidade Média e Alta, Financiamento Média e Alta Complexidade e FAEC, por grupo de procedimentos, 2º quadrimestre de 2013-2015 e 1º quadrimestre de 2015, Rio Grande do Sul.

GRUPO DE PROCEDIMENTOS	2º Quadrimestre de 2013	2º Quadrimestre de 2014	1º Quadrimestre de 2015	2º Quadrimestre de 2015
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	765.856,54	582.343,56	604.181,78	290.999,59
03 Procedimentos clínicos	141.650.927,11	146.500.458,88	136.260.489,72	94.686.149,80
04 Procedimentos cirúrgicos	175.487.722,14	188.476.098,59	178.773.784,25	109.280.620,03
05 Transplantes de órgãos tecidos e células	17.509.991,24	17.977.459,42	18.880.207,75	11.298.869,91
TOTAL	335.414.497,03	353.536.360,45	334.518.663,50	215.556.639,32

Fonte: SIH/TABWIN/DATASUS. DAHA/SES/RS. Acesso em 14 de setembro de 2015.

O quadro apresenta o valor financeiro das internações de complexidade média, alta, Órteses, Próteses e Materiais ambulatoriais e Tratamento fora de Domicílio, realizadas nos seguintes períodos: 2º quadrimestre de 2013; 2º quadrimestre de 2014; 1º quadrimestre de 2015 e 2º quadrimestre de 2015 (este último contabiliza os valores dos meses de maio, junho e julho e a projeção para o mês de agosto, que ainda não foi disponibilizada pelo DATASUS). Os dados de 2014 e 2015 ainda podem sofrer alterações, conforme disponibilização dos próximos arquivos de produção.

Analisando o valor médio mensal da produção de internações realizadas no 2º quadrimestre de 2015, pode-se inferir uma tendência de redução do valor financeiro utilizado para custeio das internações, quando comparado aos valores apresentados nos 2º quadrimestres de 2013 e 2014.

Produção da Assistência Farmacêutica

Quadro 12. Produção da Assistência Farmacêutica, por subgrupo de procedimento, 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2014 e 1º e 2º quadrimestre de 2015, Rio Grande do Sul.

0604 Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	Quantidade Aprovada (unidades farmacêuticas)	Valor Aprovado (ressarcimento da União à SES)
1º Quadrimestre de 2014	9.481.971	7.645.931,73
2º Quadrimestre de 2014	10.695.632	7.928.963,79
3º Quadrimestre de 2014	8.127.711	6.677.057,51
1º Quadrimestre de 2015	11.811.945	6.216.794,93
2º Quadrimestre de 2015	11.430.190	5.926.723,31

Fonte: SIA/TABWIN/DATASUS; CPAF/SES/RS. Acesso em 15 de setembro de 2015.

No quadro acima fica demonstrada a evolução desde o 1º quadrimestre do ano de 2014 até o 2º quadrimestre do ano de 2015. A "quantidade aprovada" corresponde ao total de unidades farmacêuticas dispensadas aos usuários no referido período. Já o "valor aprovado" corresponde ao montante financeiro repassado pela União para a SES. Os medicamentos especializados são cofinanciados pela União e pelo Estado. O elenco dos medicamentos está dividido em: grupo 1A (compra centralizada pela União, com apresentação de APAC sem valor de ressarcimento ao Estado); grupo 1B (compra pelo Estado e ressarcimento pela União); grupo 2 (compra pelo Estado e financiamento do Estado, sem ressarcimento da União), conforme Portaria GM/MS 1.554/2013. Após a edição desta portaria, ocorreu a transferência de alguns medicamentos do grupo 1B para o grupo 1A, com isso mais medicamentos passaram a ser adquiridos de forma centralizada pelo MS e, por conseguinte, tivemos diminuição do valor repassado em caráter de ressarcimento ao Rio Grande do Sul. Por isso, não é possível uma análise linear dos dados utilizando somente o repasse da contrapartida da União, e a quantidade de medicamentos enviados ao Estado regularmente a cada trimestre.

A rotina de distribuição dos medicamentos adquiridos de forma centralizada pelo Ministério da Saúde ocorre da seguinte forma: o Estado encaminha a programação da necessidade para atendimento dos usuários cadastrados a cada trimestre, demonstrando a dispensação do trimestre anterior aos usuários cadastrados. Por sua vez, a União analisa a solicitação do Estado comparando com os registros de faturamento de APAC e envia ao estado os quantitativos necessários aprovados pelo gestor federal.

Produção da Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Quadro 13. Produção da Vigilância em Saúde, por Grupo de Procedimentos, 2º quadrimestre de 2013-2015 e 1º quadrimestre de 2015, Rio Grande do Sul.

GRUPO DE PROCEDIMENTOS	2º Quadrimestre de 2013	2º Quadrimestre de 2014	1º Quadrimestre de 2015	2º Quadrimestre de 2015
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	156.681	209.384	260.576	172.737
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	23.089	39.424	36.998	52.764
TOTAL	179.770	248.808	297.574	225.501

Fonte: SIA/TABWIN/DATASUS. CEVS/SES/RS. Acesso em 14 de setembro de 2015.

Quadro 14. Valor aprovado da produção de Vigilância em Saúde, por Financiamento da Vigilância em Saúde, Grupo de Procedimentos, 2º quadrimestre de 2013-2015 e 1º quadrimestre de 2015, Rio Grande do Sul.

GRUPO DE PROCEDIMENTOS	2º Quadrimestre de 2013	2º Quadrimestre de 2014	1º Quadrimestre de 2015	2º Quadrimestre de 2015
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	0	10.491,00	21.043,00	6.424,00
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	0	0	0	0
TOTAL	0	10.491,00	21.043,00	6.424,00

Fonte: SIA/TABWIN/DATASUS. CEVS/SES/RS. Acesso em 14 de setembro de 2015.

Os dados da produção em Vigilância em Saúde do segundo quadrimestre de 2015 são preliminares, conforme já explicitado ao longo do relatório. O processo de alimentação do SIA/SUS com registros referentes à Vigilância em Saúde ainda está em consolidação. No que concerne especificamente à Vigilância Sanitária, a alimentação do sistema é fator condicionante para o financiamento, ocorrendo a suspensão do repasse de recursos quando o município apresenta 03 (três) meses consecutivos sem informação da produção da vigilância sanitária no SIA/SUS. Tal procedimento de "bloqueio" é regulamentado pela publicação de portaria.

A análise da portaria de segundo bloqueio de recursos de 2015 (Portaria GM/MS nº 722, de 11 de junho de 2015) e respectivos dois desbloqueios (Portaria GM/MS nº 1.062, de 23 de julho de 2015 e Portaria GM/MS nº 1.240, de 20 de agosto de 2015) permite identificar que houve diminuição dos municípios com repasse de recursos suspensos no Rio Grande do Sul, de 74 em fevereiro para 59 em julho de 2015. Estratégias para redução deste número estão sendo desenvolvidas, a fim de que todos os municípios mantenham-se aptos ao recebimento de recursos financeiros do componente de Vigilância Sanitária do Bloco de Vigilância em Saúde.

Considerando a tendência de diminuição nos registros dos procedimentos de Vigilância em Saúde observada no segundo quadrimestre de 2015, cuja execução é de competência municipal e o monitoramento é realizado pelo Estado, evidencia-se a necessidade de serem empreendidos esforços a fim de identificar os fatores envolvidos neste resultado, bem como no sentido de reduzir o sub-registro e qualificar a informação alimentada no sistema, para minimizar as inconsistências. Nesse sentido, o trabalho junto às Coordenadorias Regionais de Saúde e às representações dos municípios

está sendo intensificado, com objetivo de corrigir esse problema, o qual acaba afetando a apuração dos dados.

Conforme se pode observar no quadro 18, os valores para procedimentos com finalidade diagnóstica apresentam-se zerados no SIA/SUS para o período, uma vez que não possuem valor estabelecido pela tabela unificada de procedimentos do SUS e são cobertos por repasses de valores globais aos municípios.

C) INDICADORES PASSÍVEIS DE APURAÇÃO QUADRIMESTRAL

Os Departamentos e Políticas da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul calcularam o resultado dos indicadores passíveis de apuração quadrimestral conforme as diretrizes apresentadas na 2ª edição do “Caderno de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores 2013-2015”, disponibilizado pelo Ministério da Saúde no ano de 2014.

O ajuste de metas para o ano de 2015 está em andamento, portanto as metas para 2015 estão sujeitas a alteração até o fechamento da referida pactuação entre os gestores. Os resultados disponibilizados são preliminares e parciais do quadrimestre.

Diretriz 1 - Garantia do acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de atenção básica e da atenção especializada.

Objetivo 1.1 - Utilização de mecanismos que propiciem a ampliação do acesso da atenção básica.

Indicador 01	Resultado 1º Quadrimestre	Resultado 2º Quadrimestre (junho/2015)	Meta Anual
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	68,19%	72,46%	70%

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)/Tabwin/DATASUS/Ministério da Saúde. Histórico da Cobertura SF/DAB/MS. Acesso em 15/09/2015.

Discussão e análise

O indicador de Cobertura Populacional estimada pelas equipes de AB considera a centralidade da Atenção Básica no SUS, com proposta de constituir-se como ordenadora do cuidado nos sistemas locais regionais de saúde e eixo estruturante de programas e projetos, além de favorecer a capacidade resolutiva e os processos de territorialização e regionalização em saúde.

O indicador considera o número de equipes de saúde da família e o número de equipes equivalentes, a qual abrange a carga horária do profissional médico (médico pediatra, médico clínico, médico ginecologista e obstetra), sendo que a cada 60 horas acumuladas de atuação tem-se o equivalente a uma Equipe de Saúde da Família.

As fontes para cálculo deste indicador são o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e o Departamento de Atenção Básica (DAB) e foram calculadas por meio do Tabwin, com o banco de dados do Ministério da Saúde, já que o último dado disponível no Tabnet é somente a cobertura de AB do 1º quadrimestre de 2015. A base de cálculo para o número de ESF utiliza o mês de competência de pagamento. Este se refere aos dados de cadastro das equipes na competência CNES do mês anterior.

Quanto à comparação deste indicador, no 1º quadrimestre de 2015 o resultado obtido foi de 68,19% (janeiro a abril) de cobertura, já no 2º quadrimestre do vigente ano o mesmo atingiu 72,46% com aumento de 4,27%.

Quadro 15. Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica (%), por Região de Saúde, 1º e 2º Quadrimestre de 2015, Rio Grande do Sul.

Região de Saúde (R)	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre (junho)
Região 01 - Verdes Campos	66,51	69,70
Região 02 - Entre-Rios	71,93	90,13
Região 03 - Fronteira Oeste	76,66	77,09
Região 04 - Belas Praias	77,58	80,68
Região 05 - Bons Ventos	79,33	79,41
Região 06 - Vale do Paranhana Costa da Serra	52,85	71,24
Região 07 - Vale dos Sinos	63,03	68,96
Região 08 - Vale do Caí Metropolitana	53,13	65,35
Região 09 - Carbonífera/Costa Doce	55,87	60,21
Região 10 - Capital/Vale do Gravataí	53,77	60,73
Região 11 - Sete Povos das Missões	80,68	81,07
Região 12 - Portal das Missões	94,08	96,73
Região 13 - Região da Diversidade	89,82	89,16
Região 14 - Fronteira Noroeste	87,58	88,78
Região 15 - Caminho das Águas	99,40	96,50
Região 16 - Alto Uruguai Gaúcho	89,73	87,80
Região 17 - Região do Planalto	65,29	65,20
Região 18 - Região das Araucárias	85,99	86,47
Região 19 - Região do Botucaraí	91,50	93,65
Região 20 - Rota da Produção	88,82	91,09
Região 21 - Região Sul	73,14	77,06
Região 22 - Pampa	62,29	65,56
Região 23 - Caxias e Hortências	62,50	61,80
Região 24 - Campos de Cima da Serra	96,04	98,06
Região 25 - Vinhedos e Basalto	81,53	81,19
Região 26 - Uva e Vale	80,19	80,11
Região 27 - Jacuí Centro	66,95	66,64
Região 28 - Vinte e Oito	68,70	74,39
Região 29 - Vales e Montanhas	86,55	91,20
Região 30 - Vale da Luz	77,21	79,52
Rio Grande do Sul	68,19	72,46

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)/Tabwin/DATASUS/Ministério da Saúde. Histórico da Cobertura SF/DAB/MS. Acesso em 15/09/2015. Indicadores 1º quadrimestre 2015 foram gerados 23/06/2015, refletindo a situação mais atual das bases de dados nacionais, estando sujeitos à revisão.

Discussão e análise

Quanto às regiões de saúde, 21 ultrapassaram a meta pactuada do estado para este ano, ou seja, mais de 70%. Por outro lado, a menor cobertura é a da região 09, Carbonífera/Costa Doce com 60,21%.

Indicador 04	Resultado 1º Quadrimestre	Resultado 2º Quadrimestre	Meta Anual
Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal	53,01%	56,65%	56%

Discussão e análise

O Estado do Rio Grande do Sul obteve desempenho satisfatório com relação à meta pactuada do indicador de Cobertura de Equipes Básicas de Saúde Bucal, no comparativo entre o 1º e o 2º Quadrimestre de 2015. Ressalta-se que os dados referem-se ao trimestre dos meses maio, junho e julho do corrente ano. Os resultados alcançados demonstram que os esforços dos municípios e as ações de apoio institucional e de monitoramento e avaliação da atenção em saúde bucal desenvolvidas pela SES/RS contribuem para o efetivo aumento do indicador e devem ser mantidas e constantemente aprimoradas.

Quadro 16. Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal (%), por região de saúde, 1º e 2º Quadrimestre de 2015, Rio Grande do Sul.

Regiões de Saúde	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre (maio-julho)
Região 01	47,71	48,61
Região 02	94,18	94,00
Região 03	52,11	53,11
Região 04	53,96	53,96
Região 05	56,35	60,00
Região 06	49,09	51,03
Região 07	35,90	36,00
Região 08	47,05	47,02
Região 09	36,35	36,78
Região 10	32,63	33,00
Região 11	77,02	78,00
Região 12	82,08	83,06
Região 13	94,27	93,00
Região 14	75,44	77,00
Região 15	100,00	100,00
Região 16	81,91	82,00
Região 17	61,51	62,00
Região 18	100,00	100,00
Região 19	47,92	50,00
Região 20	100,00	100,00
Região 21	47,92	47,13
Região 22	40,21	46,00
Região 23	32,78	33,00
Região 24	95,05	95,05
Região 25	61,37	61,07
Região 26	57,14	58,05
Região 27	56,92	57,03
Região 28	65,00	63,23
Região 29	78,64	78,64
Região 30	58,26	57,03
Rio Grande do Sul	53,01	56,65

Fonte: CNES/Tabwin/DATASUS/Ministério da Saúde; DAB/MS. Acesso em 04/09/2015.

Discussão e análise

Igual leitura se faz em relação ao desempenho das regiões de saúde, pois no comparativo dos quadrimestres percebe-se uma evolução da cobertura na série histórica, verificando-se uma tendência de aumento em regiões que historicamente não apresentavam desempenho satisfatório em relação à meta pactuada, tais como: Região 01, 03, 14 e 16.

As Regiões 07, 10, 21 e 23, embora mantenham uma tendência de incremento das Equipes de Atenção Básica, devem ser apoiadas e monitoradas com mais atenção, no sentido de serem sensibilizados os gestores municipais para melhoria do indicador e, conseqüentemente, da Atenção em Saúde Bucal à população. A continuidade, permanência e regularidade no repasse dos incentivos financeiros pelo Estado e o apoio institucional são fundamentais para o desempenho positivo do indicador em questão.

Diretriz 2 - Aprimoramento da Rede de Atenção às Urgências, com expansão e adequação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA), de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), de prontos-socorros e centrais de regulação, articulada às outras redes de atenção.

Objetivo 2.1 - Implementação da Rede de Atenção às Urgências.

Indicador 12	Resultado 1º Quadrimestre	Resultado 2º Quadrimestre	Meta Anual
Número de Unidades de Saúde com Serviços de Notificação de Violência Doméstica, Sexual e outras Violências Implantado	652	575	1870

Discussão e análise

O número de unidades de saúde com serviços de notificação de Violência Doméstica, Sexual e outras violências apresentado no segundo quadrimestre de 2015 é preliminar, pois muitos municípios ainda não digitaram no sistema de informação suas notificações/investigações. Fica demonstrada abaixo, na série histórica de 2010 a 2015 apresentada no Quadro 17, uma tendência crescente no número de notificações a cada quadrimestre. Comparando-se o 1ª quadrimestre de 2010, ano de início da implantação das notificações, com o de 2015 observa-se um aumento de unidades notificadoras de 6,5 vezes. Este dado demonstra que as estratégias utilizadas de capacitações e monitoramento dos municípios estão contribuindo para que os profissionais possam identificar as situações de violência interpessoal e autoprovocada, resultando um maior número de notificações, o que deve continuar a ser aprimorado.

No entanto, se compararmos ao número total de unidades notificadoras do SINAN, para todas as doenças e agravos registrados em 2015 – que foi 1.829 no primeiro quadrimestre e 1.833 no segundo – verificamos que apenas 35,6% e 31,3% notificaram casos de violência nos respectivos quadrimestres. Neste sentido, cabe salientar que alguns municípios organizam um determinado serviço como referência para atendimento das violências, o que o caracteriza como principal fonte notificadora. É necessário reforçar as ações para sensibilização da rede de atendimento para a notificação compulsória da violência interpessoal e autoprovocada, o que vem sendo foco da atuação da SES/RS.

Quadro 17. Número de Unidades de Saúde com Serviços de Notificação de Violência Doméstica, Sexual e outras Violências Implantado, 1º e 2º Quadrimestre 2010-2015, Rio Grande do Sul.

Ano	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre
2010	100	301
2011	370	437
2012	494	546
2013	528	573
2014	575	619
2015	652	575

Fonte: SINAN Violência/RS. Acesso em 14 de setembro de 2015.

Quadro 18. Número de Unidades Notificadoras, por Região de Saúde, 1º e 2º Quadrimestre de 2015, Rio Grande do Sul.

Regiões de Saúde	1º Quadrimestre 2015	2º Quadrimestre 2015
Região 01	33	26
Região 02	16	13
Região 03	34	28
Região 04	10	05
Região 05	09	08
Região 06	07	13
Região 07	40	22
Região 08	35	34
Região 09	08	06
Região 10	67	56
Região 11	09	17
Região 12	06	08
Região 13	21	24
Região 14	26	22
Região 15	27	19
Região 16	14	13
Região 17	21	26
Região 18	20	15
Região 19	17	20
Região 20	13	09
Região 21	17	12
Região 22	04	07
Região 23	52	24
Região 24	07	05
Região 25	28	23
Região 26	20	18
Região 27	26	31
Região 28	15	17
Região 29	36	37
Região 30	14	17
Rio Grande do Sul	652	575

Fonte: SINAN/DATASUS/Ministério da Saúde. Acesso em 14/09/2015.

Discussão e análise

O número de unidades não revela o número de notificações realizadas, porque as 30 regiões de saúde são compostas por números diferenciados de unidades notificadoras, e cada unidade tem um número de notificação diferente da outra.

Diretriz 3 - Promoção da atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementação da "Rede Cegonha", com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.

Objetivo 3.2 - Organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil para garantir acesso, acolhimento e resolutividade.

Indicador 25	Resultado 1º Quadrimestre	Resultado 2º Quadrimestre	Meta Anual
Proporção de óbitos infantis e fetais investigados	71,66%	34,64%	90%

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Acesso em 04/09/2015. Nota: Dados preliminares do 2º quadrimestre de 2015, tendo em vista o prazo de 120 dias para a conclusão da investigação.

Discussão e análise

O resultado parcial deste indicador é obtido através do cálculo:

$$\frac{\text{Total de Óbitos Infantis e Fetais Investigados}}{\text{Total de Óbitos Infantis e Fetais Ocorridos}} \times 100$$

O prazo para a conclusão da investigação é de 120 dias, conforme o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM Federal). Portanto, há uma janela temporal para que conste neste sistema a conclusão da investigação do óbito infantil e fetal. Deve-se considerar ainda que o SIM é abastecido por técnicos das Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) e das Secretarias Municipais de Saúde (SMS); dessa forma, os dados atualizados referem-se tanto ao corrente ano, quanto ao ano anterior. Segundo o Caderno de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores 2013-2015, o fechamento do banco de dados do indicador nº 25 ocorre ao final de 14 meses após o encerramento do ano de referência. Ressalta-se que a periodicidade para monitoramento é quadrimestral, já a de avaliação é anual. Dessa forma, por constarem dados preliminares não se pode concluir sobre o alcance ou não da meta.

No Rio Grande do Sul (RS), a meta anual de 2015 para este indicador é de investigação superior a 90% dos óbitos infantis e fetais. Para que seja atingida, as regiões de saúde estão sendo monitoradas pelas Coordenações Estaduais de Saúde da Criança e Saúde da Mulher, juntamente com as 19 CRS que compõem os Comitês de Investigação do Óbito Infantil e Fetal, conforme Portaria SES nº 032 de 24 de junho de 2002 e Resolução nº 147 CIB/RS, de 10 de setembro de 2003. O Grupo Condutor Estadual da Rede Cegonha e o Comitê de Enfrentamento de Morte Materna Infantil e Fetal também são dispositivos importantes nessa questão.

Com relação aos resultados obtidos no 1º quadrimestre do ano de 2015 no RS, obteve-se apenas 27,82% (em 11/05/2015), contudo atualmente já se encontra em 71,66% (04/09/2015), conforme as especificidades do fechamento do banco de dados, anteriormente explicado. Neste 2º quadrimestre o valor está em 34,64% (04/09/2015).

Há, portanto, um lapso de tempo que só permite a apuração final do quadrimestre *a posteriori* (120 dias).

Quadro 19. Proporção de óbitos infantis e fetais investigados (%), por Região de Saúde, 2º Quadrimestre de 2015, Rio Grande do Sul.

Região de Saúde	1º Quadrimestre (%)	2º Quadrimestre (%)
Região 01	50	0
Região 02	83,33	0
Região 03	53,52	21,62
Região 04	33,33	0
Região 05	60,86	0
Região 06	92,3	20
Região 07	87,35	69,35
Região 08	63,07	18,36
Região 09	36,84	16
Região 10	87	45,16
Região 11	78,26	31,25
Região 12	30	16,66
Região 13	88,23	57,14
Região 14	90	0
Região 15	85,71	33,33
Região 16	0	0
Região 17	37,83	10,34
Região 18	25	0
Região 19	18,18	0
Região 20	83,33	0
Região 21	64,42	32,39
Região 22	92,3	33,33
Região 23	94,59	60,97
Região 24	90	18,18
Região 25	90	35,29
Região 26	73,33	7,69
Região 27	85,71	60
Região 28	65	42,85
Região 29	83,87	30
Região 30	88,88	22,22
Rio Grande do Sul	71,66	34,64

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Acesso em 04/09/2015.

Discussão e análise

Ao analisarmos as 30 regiões de Saúde, verificamos que as regiões 7 (1ª CRS), 10 (2ª CRS), 13 (17ª CRS), 23 e 25 (5ª CRS), 27 (8ª CRS), 28 (13ª CRS) encontram-se acima do percentual do Estado. Dentre as regiões com menor percentual de investigação, encontram-se: região 1 e 2 (4ª CRS), região 3 (10ª CRS), regiões 4 e 5 (18ª CRS), regiões 6 e 8 (1ª CRS), região 9 (2ª CRS), região 11 (12ª CRS), região 12 (9ª CRS), região 14 (149ª CRS), região 15 (19ª CRS), região 16 (11ª CRS), região 17, 18 e 19 (6ª CRS), região 20 (15ª CRS), região 21 (3ª CRS), região 22 (7ª CRS), região 24 e 26 (5ª CRS) e regiões 29 e 30 (16ª CRS).

Nas regiões que apresentam menores percentuais de investigação, é feito um trabalho

junto às Coordenadorias Regionais de Saúde e estas junto aos municípios, para que haja o monitoramento do sistema de informação em relação às investigações em atraso. No comparativo com o primeiro quadrimestre atualizado (71,66%) houve redução do número de regiões que alcançaram a média do Estado para o período; porém há que se considerar que os municípios têm prazo de 120 dias para completar a investigação do óbito a partir da data do registro deste no SIM.

Indicador 26	Resultado 1º Quadrimestre	Resultado 2º Quadrimestre	Meta Anual
Proporção de óbitos maternos investigados	63,60%	5,90%	100%

*Dados preliminares. Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM/SVS/MS. Acesso em 04/09/2015.

Discussão e análise

Até 04 de Setembro de 2015, data de acesso ao banco de dados, o Rio Grande do Sul possuía um total de 28 óbitos maternos. Destes, 11 óbitos ocorreram no primeiro quadrimestre, com sete investigações (63,6%) realizadas e quatro com o processo atrasado. Já no segundo quadrimestre, contabilizamos 17 óbitos e apenas um confirmado como investigado (5,9%). Contudo, ressalta-se que os outros 16 casos restantes ainda estão no prazo para a investigação, tendo em vista que o registro no SIM é de até 60 dias para digitação e mais 120 dias para a investigação. Quando se analisam conjuntamente os quadrimestres, observa-se um total de 8 casos (28,6%) investigados, 16 (57,1%) não investigados (mas dentro do prazo de investigação), e quatro (14,3%) atrasados.

Quadro 20. Proporção de óbitos maternos investigados, por região de saúde, 1º e 2º Quadrimestre de 2015, Rio Grande do Sul.

Região de Saúde	1º Quadrimestre (%)	2º Quadrimestre (%)
Região 01	100	-
Região 02	-	-
Região 03	100	0
Região 04	-	0
Região 05	-	-
Região 06	-	-
Região 07	-	50
Região 08	50	0
Região 09	100	-
Região 10	0	0
Região 11	-	-
Região 12	0	-
Região 13	-	0
Região 14	-	-
Região 15	-	0
Região 16	-	0
Região 17	-	-
Região 18	-	-
Região 19	-	-
Região 20	-	-
Região 21	-	0

Região 22	100	-
Região 23	-	0
Região 24	-	-
Região 25	-	-
Região 26	-	-
Região 27	-	-
Região 28	-	0
Região 29	100	-
Região 30	-	-

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM/SVS/MS. Acesso em 04/09/2015. Nota: “-”: refere-se a regiões que não apresentaram óbitos maternos e o “0” representa regiões com óbitos e sem investigação.

Discussão e análise

As regiões 3, 4, 7, 8, 10, 13, 15, 16, 21, 23 e 28 apresentaram óbitos maternos no segundo quadrimestre, sendo que destas apenas a Região 7 iniciou a investigação. Como as demais ainda estão com o prazo de investigação vigente, não se pode afirmar que elas apresentam os menores percentuais, até por se tratar de dados preliminares. No comparativo com o primeiro quadrimestre, as regiões 8, 10 e 12 permanecem com atraso nas investigações. Para a reversão desse quadro, temos incentivado e apoiado as Coordenadorias Regionais de Saúde no que concerne à sensibilização dos municípios quanto ao compromisso de realização da investigação e a qualificação do processo.

Indicador 27	Resultado 1º Quadrimestre	Resultado 2º Quadrimestre	Meta Anual
Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados	81,2%	56,3%	100%

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM/SVS/MS. Acesso em 09/09/2015.

Discussão e análise

Até a data de 09 de setembro de 2015, o Estado possuía um total de 1.934 óbitos de mulheres em idade fértil. Destes, 1.362 (70,4%) já haviam sido investigados. No primeiro quadrimestre, foram 1.097 óbitos, com 891 (81,2%) investigações. Já no segundo quadrimestre, obtivemos 837 óbitos, com 471 (56,3%) investigações. Destaca-se que a maioria dos óbitos não investigados ainda está no prazo de investigação.

Há, portanto, um lapso de tempo que só permite a apuração final do quadrimestre *a posteriori* (120 dias).

Quadro 21. Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investigados (%), por Região de Saúde, 1º e 2º Quadrimestre de 2015, Rio Grande do Sul.

Região de Saúde	1º Quadrimestre (%)	2º Quadrimestre (%)
Região 01	54,0	9,5
Região 02	37,5	75,0
Região 03	83,3	53,2
Região 04	33,3	31,3
Região 05	80,8	33,3
Região 06	100,0	90,5
Região 07	95,3	83,6
Região 08	76,1	36,1
Região 09	61,0	33,3
Região 10	89,1	76,9
Região 11	100,0	91,3
Região 12	92,3	16,7
Região 13	100,0	85,7
Região 14	69,2	0,0
Região 15	33,3	22,2
Região 16	35,7	22,2
Região 17	94,1	45,8
Região 18	54,5	36,4
Região 19	50,0	50,0
Região 20	64,3	18,8
Região 21	91,7	57,1
Região 22	100,0	76,9
Região 23	93,5	65,0
Região 24	60,0	0,0
Região 25	88,0	47,4
Região 26	80,0	33,3
Região 27	68,0	72,0
Região 28	76,5	58,6
Região 29	62,5	50,0
Região 30	88,9	75,0

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM/SVS/MS.

*Dados preliminares. Acesso em 09/09/2015.

Discussão e análise

Na comparação do primeiro e segundo quadrimestres de 2015 observa-se, que tanto em um quanto no outro, as regiões 4, 15 e 16 apresentaram baixo percentual de investigação. Por outro lado, as regiões 6, 11, 13 e 22 destacaram-se por terem investigado 100% dos seus óbitos no primeiro quadrimestre e por manter um alto percentual de investigação no segundo.

5 – ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Governo do Estado reconhece os avanços existentes no SUS, tais como a descentralização e regionalização das ações de saúde, da gestão e da execução dos serviços nos 497 municípios e sua composição nas 30 regiões de saúde. O SUS no Rio Grande do Sul engloba uma ampla rede de ações e programas continuados de promoção, prevenção e atenção em saúde, como a Estratégia Saúde da Família (ESF), o Programa Primeira Infância Melhor (PIM), o atendimento ambulatorial e os serviços hospitalares em múltiplas especialidades.

Nos últimos anos, com o aperfeiçoamento do arcabouço jurídico-legal do SUS, e com a crescente demanda social por serviços de saúde pública resolutivos e organizados, a gestão estadual do SUS tem se deparado com o desafio de, permanentemente, aprimorar normas, procedimentos, protocolos e mecanismos de financiamento para o sistema, sendo este último um dos principais entraves para a efetivação do SUS na forma como este foi concebido.

Diante desse cenário, é importante considerar os objetivos descritos no Mapa Estratégico do Governo do Estado, cujas diretrizes servem para a formulação e execução de políticas públicas no Rio Grande do Sul. Neste documento, o tema da saúde é contemplado principalmente em dois Eixos: o Eixo Econômico e o Eixo Social. No Eixo Econômico destaca-se o objetivo “Promover o desenvolvimento, buscando maior equilíbrio entre as regiões do Rio Grande do Sul”, o que remete à relevância da regionalização em saúde. Já o Eixo Social trata de “Reforçar e ampliar as garantias dos direitos sociais” e a saúde aparece no primeiro objetivo, como seguinte texto: “Melhorar o acesso e a qualidade na promoção, prevenção e recuperação da saúde”.

Ao considerar que a melhoria do acesso e da qualidade na prevenção e promoção da saúde é um dos objetivos estratégicos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, reforça-se que a qualificação da atenção básica é uma das principais diretrizes de trabalho para a Secretaria Estadual da Saúde, sendo o norteador para a organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS) no Estado. Assim, cabe destacar o resultado obtido no 2º quadrimestre de 2015 em relação à cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica, que já ultrapassou a meta anual de 70%, atingindo o valor de 72,46%. Da mesma forma, destacamos que a cobertura populacional estimada pelas equipes de Saúde Bucal, no 2º quadrimestre de 2015, já superou a meta anual de 56%, tendo alcançado o valor de 56,65%.

Outro ponto relevante a destacar é o crescimento na participação da receita própria aplicada em Saúde pelo Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com os dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS). Este valor, que no primeiro bimestre de 2015 estava em 10,49%, tendo atingido o percentual de 10,65% no segundo bimestre, alcançou, no terceiro bimestre de 2015, o total de 11,07%.

Além disso, é importante ressaltar que a atenção secundária e terciária, o fortalecimento da vigilância em saúde, a garantia do acesso a consultas e exames, bem como a atenção à infância e à maternidade com qualidade são aspectos importantes na proposta de melhoria da saúde da população gaúcha, sendo metas constantes a serem perseguidas e concretizadas pela Gestão Estadual do SUS.